

Sumário

Introdução	XIII
1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO	
PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRA	1
1.1. Ordenações	1
1.1.1. Ordenações Afonsinas	2
1.1.2. Ordenações Manuelinas	5
1.1.3. Ordenações Filipinas	6
1.2. Regulamento 737	9
1.3. Código de Processo Civil de 1939	13
1.4. Código de Processo Civil de 1973	15
1.5. Garantias constitucionais do processo.	
Princípios processuais constitucionais	18
1.5.1. Princípio do devido processo legal	22
1.5.2. Princípio da isonomia	24
1.5.3. Princípio do contraditório e da ampla defesa	25
1.5.4. Princípio do juiz natural	27
1.5.5. Inafastabilidade da jurisdição	29
1.5.6. Publicidade dos atos processuais	30
1.5.7. Motivação das decisões	30
1.5.8. Duplo grau de jurisdição	32
1.5.9. Proibição da prova ilícita	36

2. DECISÃO JUDICIAL	39
2.1. Antecipação da tutela	46
2.2. Da sentença	52
2.2.1. Natureza jurídica da sentença	60
2.2.2. Elementos da sentença	62
2.2.3. Classificação da sentença	64
2.2.3.1. Sentença condenatória (decisão condenatória)	65
2.2.3.2. Sentenças constitutivas (decisão constitutiva)	67
2.2.3.3. Sentenças declaratórias (decisão declaratória)	69
2.3. Revisão da Sentença	70
2.4. Princípios dos recursos no Processo Civil	72
2.4.1. Requisitos de admissibilidade dos recursos	74
2.4.1.1. Princípio da taxatividade	74
2.4.1.2. Princípio da singularidade	75
2.4.1.3. Princípio da fungibilidade	76
2.4.1.4. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	78
3. DO INSTITUTO DA COISA JULGADA	81
3.1. Do conceito da coisa julgada	81
3.2. Dos efeitos da coisa julgada	86
3.2.1. Positivo, negativo e preclusivo	87
3.3. Teoria de Chiovenda	90
3.4. Teoria de Liebman	91
3.5. Definição e regime jurídico no ordenamento jurídico brasileiro	95
3.5.1. Coisa julgada formal	95
3.5.2. Coisa julgada material	97
3.6. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada	99
3.7. Relativização da coisa julgada	105
4. COISA JULGADA NOS ORDENAMENTOS JURÍDICOS ESTRANGEIROS	117
4.1. Direito italiano	117
4.2. Direito português	125
4.3. Direito alemão	133
4.4. Direito espanhol	136

5. COISA JULGADA PARCIAL.....	143
5.1. Pronunciamentos judiciais.....	143
5.2. Decisão interlocutória.....	145
5.2.1. Estabilização da coisa julgada na tutela antecipada.....	147
5.2.2. Preclusão <i>pro judicato</i>	153
5.2.3. Decisão na liquidação de sentença.....	155
5.2.4. Conversão das obrigações.....	157
5.2.5. Decisão na impugnação do cumprimento de sentença.....	168
5.2.6. Decisão prevista no art. 285-A do CPC.....	173
5.3. Sentença.....	181
5.3.1. Terminativa.....	184
5.3.2. Hipóteses de sentença terminativa que transitam em julgado.....	185
5.3.3. Definitiva.....	188
5.3.3.1. Processos de conhecimento, execução e cautelar.....	190
5.3.3.2. Conteúdo declaratório, constitutivo e condenatório.....	195
5.3.3.3. Princípio do deduzido e do dedutível (CPC, art. 474).....	199
5.3.3.4. Efeitos perante terceiros.....	202
5.3.3.5. Sucessão processual.....	205
5.4. Recursos.....	206
5.4.1. Parcial (contra capítulo da sentença).....	208
5.4.2. Parcial (apresentado por apenas um dos litisconsortes).....	214
5.4.3. Adesivo.....	217
CONCLUSÃO.....	219
Referências Bibliográficas.....	221